

O ENSINO PÚBLICO PARAIBANO NA TRANSIÇÃO DO IMPÉRIO PARA REPÚBLICA: a “educação popular” e a “educação para todos”

Rosângela Chrystina Fontes de Lima
Pedagoga/UFPB/rosangelacfl@gmail.com
Dr. Antonio Carlos Ferreira Pinheiro
acfp@terra.com.br

Palavras-Chave: República, educação popular, cadeiras isoladas.

1. Introdução:

“A escola como instância central dos sistemas educativos modernos e contemporâneos, estatais ou não, assumiu funções de produção e reprodução sócio-cultural, funções de controle e conformação ao nível dos comportamentos, ideologias, representações e expectativas, mas também funções de mobilidade, libertação, construção.” (Magalhães, 2004, p.).

Este trabalho é resultante de pesquisa de Iniciação Científica – PIBIC/CNPq, intitulada: HISTÓRIA DA ESCOLARIZAÇÃO NA PARAÍBA REPUBLICANA (1889 – 1916): A educação popular e a “regeneração da nação”, mais especificamente, referentes aos resultados obtidos no subprojeto: **As cadeiras isoladas e a educação popular na Paraíba republicana.**

Tal pesquisa visou analisar e melhor compreender os últimos anos do Império e as primeiras décadas da República no que concerne, mais particularmente, à problemática da instrução pública.

É sabido que naquele momento delicado de transição de determinado modelo político para outro, a precariedade do ensino esteve diretamente ligada à falta de investimento do Estado, a própria questão da formação de professores, que poderia ser equacionada pelo secundário, não foi resolvida durante todo o período da Primeira República. A ampliação do ensino primário, tão propagandada e não concretizada, exigia evidentemente maiores investimentos nos cursos de formação de professores.

Todavia, ligada à falta de especialização no ensino e a sua desarticulação com a realidade é que podemos inferir, mesmo que provisoriamente à “má qualidade” desse ensino. Não é só a ausência de uma organização de disciplinas por série e idade, que de fato preparassem para o exercício profissional e para o desenvolvimento científico (secundário e profissional) que quero aqui enfatizar; mas a superficialidade teórica e prática do conteúdo escolar no ensino das primeiras letras uma vez que havia um grande número de professores/as leigos/as.

2. Implantação de um novo Sistema Político e a Escola Pública

O novo sistema político implantado no Brasil, em 1889, trouxe uma série de mudanças que seriam adotadas no país a partir de então. O regime que seguiu o modelo político americano baseado no sistema presidencialista teve como uma das principais preocupações questões relativas à educação. Na organização escolar percebe-se influência da filosofia positivista.

A educação no Brasil, nesta época era predominantemente mantida pelo Estado e atendia aos interesses e as exigências de uma elite dominante.

Em relação às políticas públicas, houve várias tentativas de reforma o setor educacional por iniciativa do governo central. A primeira tentativa veio com Benjamin Constant, à frente da Instrução Pública, Correios e Telégrafos. Benjamin Constant tinha como preocupação, por exemplo, o ensino seriado que proporcionaria uma maior organização da estrutura escolar em todos os níveis de ensino. Outro aspecto apontado pelo referida reforma destinava-se a criação do centro de aperfeiçoamento do magistério. Além disso, a Reforma de Benjamin Constant tinha como princípios orientadores a liberdade e laicidade do ensino, como também a gratuidade da escola primária. Estes princípios seguiam a orientação do que estava estipulado na Constituição brasileira de 1891.

Nesse processo de implantação da República, a modernidade surge como uma possibilidade de progresso, que seria almejada pelos republicanos. Segundo Faria Filho (1998) a construção da escola e de sua cultura estará, então, intimamente ligada à construção física e simbólica da cidade e da reformulação possível da República.

O novo regime apresentava a necessidade de que o Estado nacional fosse construído em termos de uma organização social liberal, que apontasse a importância da soberania nacional, sustentada por indivíduos civilizados e culturalmente desenvolvidos.

No novo projeto político apontava a educação que contribuiria para o fortalecimento da República. Entretanto, esse fortalecimento somente poderia ocorrer, efetivamente, se estivesse assentada nos preceitos positivistas de “Ordem e Progresso”. Essa doutrina difundia entre outros aspectos que cada coisa tinha seu lugar e deveria estar ordenada de forma a preparar o progresso, que só poderia ser alcançado com o conhecimento científico. Neste sentido, a escola seria uma das vias que proporcionaria o acesso para o conhecimento científico o que inevitavelmente levaria ao progresso da nova nação republicana. Foi nesse contexto que durante o processo de implantação da República no Brasil, que os republicanos almejaram “regenerar a nação” através da educação destinada às camadas populares, uma vez que os ideais positivistas de progresso e modernidade eram impedidos de se concretizar devido ao alto índice de analfabetos, aspecto esse que dificultava a legitimação da república através do voto, uma vez esse segmento social estava impedido legalmente de ser elegível e eleitor. Outro aspecto, não menos importante, era a falta de mão de obra qualificada que deveria atender as novas demandas econômicas exigidas pelo desenvolvimento das forças produtivas capitalista. Deste modo, a educação foi considerada o elemento de **regeneração da nação**, um instrumento para a reforma social e a condição mais eficaz de se atingir o progresso e promovendo a construção do Estado nacional.

3. A concepção de educação popular e o sistema de cadeiras isoladas na Parahyba do Norte republicana.

Segundo VILLELA (1990, p. 119), “a difusão das Luzes se tornava para aqueles dirigentes o complemento indispensável da ação coercitiva exercida pelo Estado e a instrução pública, pelo seu potencial organizativo e civilizatório mereceria atenção especial.” Foi a partir desta necessidade de instruir o povo e centralizar o poder dos grupos dirigentes, que surgiu às primeiras tentativas de se disseminar a educação popular na Paraíba, assim como, no Brasil como um todo.

Com as transformações políticas ocorridas no país a elite de civil e militar assumiu o poder. Porém, não era um grupo homogêneo: o governo que se instalou provisoriamente teve que enfrentar forças antagônicas que posteriormente encetaram muitas disputas. Os grupos sociais populares ficaram à margem das decisões políticas, devido à fragilidade organizativa que apresentavam naquele momento da história brasileira. O histórico republicano Aristides Lobo chegou a afirmar que o povo assistiu “bestializado” à proclamação da república. Aspecto analisado por Carvalho (1987) e que chegou a conclusão que de fato o povo se comportou como “bilontra”, isto é, com esperteza já que tinha consciência que estiveram excluídos de praticamente todo o movimento em prol da República. Monarquia ou República, tanto fazia! Afinal tudo continuava tal como dantes para os pobres e marginalizados.

No entanto, não se pode deixar de considerar que havia um discurso pelo “popular”, mas a sua realização acabava sendo voltada para atender as demandas dos grupos sociais dominantes ao mesmo tempo, que se preocupavam com a consolidação do Estado Nacional. Para Beisiegel (1998; p. 50), o *popular* estava associado a uma prática qualquer, e esclarece que se tratava de:

“(…) uma educação concebida pelas “elites intelectuais” com vistas à preparação da coletividade para a realização de certos fins. É nestas modalidades da “educação povo” que o processo educativo se explicita com maior clareza suas dimensões ideológicas e suas funções de controle social”.

Os discursos pelo *popular* estavam presentes nas mais variadas correntes políticas surgidas no Brasil e em diferentes instituições da sociedade civil, dentre elas a escola, além de alguns gestores da recém criada república, aspecto este que marcou as reformas educacionais do período em estudo. Assim, o entendimento sobre a chamada “educação popular” esta condicionada diretamente a cada momento histórico, conforme analisa Melo Neto (1998). O ensino público deveria deixar de ser privilégio de poucos, e estender-se a uma maior parcela da população, afinal estes deixaram para traz o sua condição de súditos do Rei, e se tornaram cidadãos da república. O popular nesse momento deveria deixar de ser entendido no sentido do estar voltado aos pobres e subalternos, para assumir a idéia de “para todos”.

Entretanto, pouco se fez pela educação popular durante a Primeira República, visto que, muitas das iniciativas governamentais ficaram apenas no plano das idéias, no discurso, e não se

concretizaram não se materializaram na forma de ações efetivas, como a aquisição de novos prédios ou mesmo a expansão do ensino propiciando o aumento da oferta de escolas.

A falta de continuidade de investimentos na instrução pública foi, provavelmente, um dos fatores que mais contribuíram para dificultar a consolidação de uma estrutura educacional escolar socialmente eficiente, que atendesse às reais necessidades de maior número de grupos sociais. (PINHEIRO, 2003 p. 42).

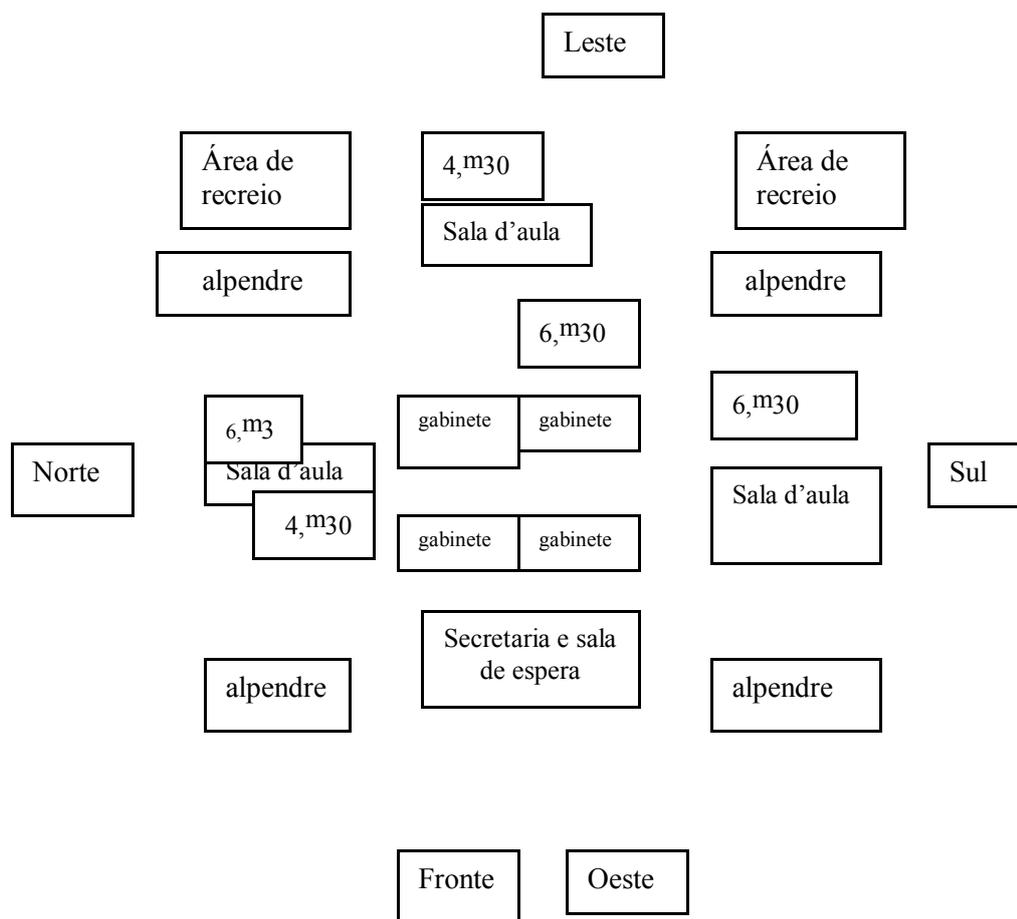
Assim, o processo de escolarização das classes populares no Brasil e, particularmente, na Paraíba do Norte pode ser analisado a partir da perspectiva da necessidade de expansão do ensino público, ou seja, pelo número elevado da demanda e pela oferta ainda precária de escolas/cadeiras isoladas criadas no início do período republicano.

Portanto, segundo estudos já realizados o modelo dominante de organização escolar até a criação dos grupos escolares, em 1916, se caracterizava pelas cadeiras isoladas, também conhecidas como escolas isoladas. Provavelmente por isso, a reorganização do ensino primário na Paraíba do Norte tenha caminhado em “marcha” lenta se comparada aos demais Estados do Nordeste, pois, apesar da lei nº 313 de 18 de Outubro de 1909 que autorizou o governo a reformar o ensino público primário, devendo instituir grupos escolares nos municípios não se concretizou de imediato. O desconforto com tal situação pode ser observado no relatório do Diretor Geral da instrução pública enviado ao Presidente do Estado:

Como fiz sentir com meu relatório anterior, a instituição dos grupos escolares, embora com organização modesta, conformadas às condições financeiras do Estado, será de maior utilidade para o ensino popular do que as escolas isoladas. Nesses institutos em que terão de funcionar três ou mais escolas com um só prédio, conforme a população escolar da localidade, os respectivos professores serão mais estimulados no desempenho de seus deveres, pelo contacto interino em que se acham. A direcção e fiscalização serão mais fáceis e eficazes, assim agrupadas todas as escolas.

Esses institutos estão sendo estabelecidos, reconhecida sua incontável superioridade, em diversos estados do país, nomeadamente o do Rio Grande do Norte, onde já funcionam creio que dez, nos moldes do tipo adaptados na precitada lei nº 313.

Afinal, no vizinho estado do Norte, como afirmava o então Diretor Geral da Instrução Pública, as municipalidades eram precursoras na construção de prédios e adoção de material escolar adequado, enquanto que, a Paraíba encontrava-se a margem da modernidade do ensino, contando com um sistema arcaico de ensino. Para ele o indispensável para a regular instalação dos grupos escolares seriam prédios apropriados, isto é, construções não necessariamente suntuosas, mas simplesmente cômodos com boas condições de higiene. Esses prédios deveriam ser isolados e localizados em sítios elevados e distantes de pântanos. Guiado por esses auspícios, propôs um esboço de grupo escolar a ser adotado em todo o Estado.



F o n t e :

Relatório da Diretoria Geral da Instrução Pública de 1910.

Contudo, o modelo de planta proposto acima não chegou a ser concretizado e a

Parahyba levaria mais alguns anos para de fato ser contemplada com o seu primeiro grupo escolar.

Assim, as iniciativas concretas de modernização do ensino e expansão do ensino primário para as camadas populares, ao menos nas capitais dos Estados, só foram percebidas a partir da imposição do método intuitivo como ideal da transmissão do conhecimento, da nova visão arquitetônica com construções monumentais que simbolizassem a República e, por fim a criação dos primeiros grupos escolares, verdadeiros “Templos de Civilização”, local onde o cidadão seria culturalmente moldado dentro dos princípios republicanos para assegurar a soberania nacional, sendo que na Parahyba do Norte, isto só se efetivou a partir do ano de 1916, com a inauguração do primeiro Grupo Escolar. Dr. Thomas Mindello.

Pode-se, portanto inferir que, a mudança do regime político monárquico para o republicano não apresentou no primeiro momento alteração na forma e concepção da organização escolar paraibana, visto que, Na Parahyba do Norte havia um grande número de “cadeiras isoladas” dispersas e insuladas nas mais remotas vilas e cidades do Estado. Entretanto, estas escolas não supriam a carência da população por escolas e a maioria das crianças paraibanas estava fora das salas de aula. Quase sempre os prédios escolares eram alugados e impróprios para a prática educacional, eram escolas sem ventilação, luz, material escolar e quase sempre, localizada próximos de focos de doenças (principalmente aquelas voltadas para a população mais carente). E como se não bastassem as precárias condições físicas dos prédios e casas alugadas para este

fim, os professores eram mal remunerados e também mal preparados. Essa era a situação do ensino primário em grande parte do Brasil, como também da Paraíba no advento da República, conforme analisa PINHEIRO (2002, p.26): “[...] a organização escolar paraibana, em seu sentido mais amplo, era incipiente [...] A baixa remuneração do professorado apenas um dentre tantos outros problemas da instrução pública brasileira .”

Um exemplo evidente do total descaso e abandono em que se encontrava as escolas públicas desse período, pode ser observada na fala do professor da aula pública da 3ª cadeira de instrução primária do sexo masculino da Capital do Estado da Paraíba, Rodolpho Alípio d’Andrade Espínola, em ofício endereçado ao Diretor Geral da Instrução Pública do Estado, Dr. Maximiano José de Inojosa Varejão:

Por mais de uma vez hei solicita providencias relativamente á casa, onde funciona a escola publica por mim regida, attento o seo mão estado e falata absoluta das condições hygienicas recommendadas pelo Reg vigente.

Agora acaba de dar-se um principio de desabamento na frente e n’um dos oitões da dita casa, como podereis verificar de mim ou mandar verificar por peritos profissionais: o que me impossibilita de n’ella as funções de meo cargo, sob pena de inopinadamente ser esmagado com os alumnos. Assim, pois, com que, sem perda de tempo, desejam tomadas as providencias necessárias, afim de evitar qualquer catastrophe, e a suspensão do ensino por tempo indeterminado, com prejuízo da instrução publica, e bem assim, para acautelar os utensílios d’aula, que, apesar de imprestáveis se acham sob minha guarda e responsabilidade, attendendo ainda mais que uma das portas já não se pode fechar.”

Apesar da gravidade deste tipo de petição, e da certeza de que os dirigentes da educação tinham real ciência da precariedade do ensino e das condições físicas dos prédios, era comum encontrar nos discursos dos diretores da instrução pública paraibana, como uma das justificativas, de fato mais plausível, a relação direta entre o fenômeno natural das secas ao agravamento dos percentuais orçamentários destinados a instrução pública como um todo para o Estado, principalmente referentes ás cadeiras isoladas (provimento das escolas e aluguel de casas para as aulas, e vencimentos dos professores).

Reconhece-se que a perseverança, alliada a uma vontade enérgica, é capaz de superar as maiores difficuldades. É firmado nesta vaedade gerada pela experiência que eu não desanimo de conseguir uma melhor situação para a educação popular de meu Estado. Essa esperança é tanto mais viva quando se sente amparada pela mão forte de um governo animado das mesmas aspirações.

Infelizmente uma crise de ordem financeira, originada pelo flegello da secca que nesses últimos annos entorpeceu a marcha ascendente das forças económicas deta terra, appoz sérios entraves á realização de medidas tendentes a melhorar de modo satisfatório o estado de nossos institutos de ensino primário.

Se por um lado era vantajoso ao tesouro do Estado permitir que professores nas vilas e povoações mais afastadas ministrassem aulas nas suas próprias residências, no entanto, por outro lado, eram por vezes maiores as inconveniências que essa prática acarretava. Segundo Pinheiro (2002, p. 73):

O funcionamento das cadeiras isoladas nas residências dos professores acarretava problemas de ordem administrativa quanto de ordem pedagógica. Em relação a este último aspecto, alguns gestores da instrução pública consideravam “promiscua” a convivência entre os discípulos e a família do professor, reunidos na mesma casa.

A valorização e qualificação dos professores deveriam ser sempre consideradas fundamentais para a melhoria da qualidade da educação. Entretanto, há má remuneração dos professores e as péssimas condições de trabalho contribuía para a situação caótica em que se encontrava a instrução pública, a mercê de professores, na sua grande maioria, leigos.

Por meio das fontes, até o presente momento, por nos coletadas, é comum encontrar petições e ofícios enviados a Direção da instrução pública, ou mesmo ao próprio Tesouro do Estado requerendo ordens de pagamentos atrasados. Este foi o caso, por exemplo, da professora pública de ensino primário da cadeira de sexo feminino da Cidade de Mamanguape, D. Francisca Emilia de Albuquerque Pessôa, que para receber seus vencimentos precisou da intervenção do Inspetor escolar para atestar que a mesma cumpriu com o exercício de seu cargo e teve frequência em sua aula no período correspondente ao pagamento devido. O curioso, é que o ofício foi encaminhado pelo inspetor escolar em Dezembro de 1897, sendo acusado seu recebimento pela Diretoria da Instrução Publica em janeiro de 1898, contudo foi deferido apenas em Outubro do ano de 1900.

Tamanho atraso no recebimento e autorização das ordens de pagamentos dos salários e alugueis de casas para as aulas favorecia consideravelmente o abandono das cadeiras por parte de alguns lentes. Porém, quando não abandonavam simplesmente seu cargo, pediam afastamento, quase sempre alegando motivos de saúde, o que levaria posteriormente a criação da Inspetora de Saúde. Quando não pediam licença (com ou sem remuneração), pediam remoção da cadeira em exercício.

Cidadão D^or Director da Instrucção Publica – Achando-me soffrendo em minha saúde desde longo tempo, de maneira que, conforme conselhos de profissionaes, me é prejudicial o clima d’esta Capital, e convindo-me procurar um outro que melhores vantagens offereça a minha saúde, rogo-vos que vos digneis de, tendo em vista o que fica exposto, remover-me d’esta cadeira para qualquer outra, contanto, que não seja m^{to} distante d’esta e cuja classe, q^{do} não possa ser igual ao da cadeira que exerço, ao menos de cathegoria pouco inferior – A professôra publica, Rufina Maria da Conceição Correia.

Outra discussão relevante se refere à universalização do ensino, uma vez que a recente “nação” republicana ainda abrigava elevado índice de analfabetos e de mão de obra

desqualificada. Nesse sentido, intelectuais, professores e administradores públicos procuraram formular um projeto de educação popular, no entanto, foi possível inferir a partir da documentação consultada que um maior percentual de gastos no setor educacional no Estado paraibano era destinado aos colégios particulares e ao Lyceu Parahybano o que demonstra a grande preocupação em atender, prioritariamente, os filhos da elite. A análise efetuada nos mostra que o aumento da oferta de cadeiras escolares significou para as camadas populares maiores oportunidades de acesso à cultura e a instrução. Demonstra, também, a articulação de um projeto político social civilizador, direcionado para a construção da nação, a modernização do país e a moralização do povo.

Durante o período de 1889 e 1916, houve várias reformas educacionais, com o objetivo de melhorar e reestruturar o ensino público primário e secundário do Brasil e da Paraíba, mais particularmente. Porém, a grande renovação no ensino primário só viria com a implantação dos grupos escolares, pois nasceu ligado ao projeto educacional republicano que entendia a educação como instrumento de desenvolvimento intelectual e moral, requisitos importantes para se alcançar o progresso nacional.

4. Conclusão:

Até o presente momento, constatamos que a mudança do regime político monárquico para o republicano não apresentou num primeiro momento alteração na forma e concepção da organização escolar paraibana, visto que, nessa época, o planejamento da organização escolar se fazia precariamente, estando a distribuição geográfica de cadeiras isoladas à mercê dos interesses de cada liderança política estadual e/ou municipal. Não queremos, todavia, afirmar que não houve mudanças no âmbito da instrução pública, porém estas, só se tornaram mais significativas, com a criação dos primeiros grupos escolares paraibanos.

Nesse sentido, discutimos acerca da organização das cadeiras isoladas até a criação do primeiro grupo escolar do Estado, e a sua articulação com uma possível perspectiva de educação popular, por mais contraditória que possa parecer se constituem de grande relevância para entendermos a organização escolar e a ampliação do sistema público de educação paraibana. Podemos concluir que no discurso da elite, o ensino público, nos primeiros anos da República, deveria deixar de ser efetivamente privilégio de poucos. Naquele contexto, portanto, a idéia de uma *educação popular* assumiu a conotação não exclusivamente destinada aos pobres e aos subalternos, mas, voltada “para todos”.

5. Referências:

BEISIEGEL, Celso de Rui. Cultura do Povo e Cultura Popular. IN: **A Cultura do Povo**. Educ. São Paulo, 1998.

CARVALHO, José Murilo de. **Os bestializados: o Rio de Janeiro e a república que não foi.** São Paulo, SP: Companhia das Letras. 1987.

MAGALHÃES, Justino Pereira de. **Tecendo nexos: história das instituições educativas.** Bragança Paulista: Editora Universitária São Francisco, 2004. (Estudos CDAPH - Série historiografia).

MELO NETO, José Francisco de e SCOCUGLIA, Afonso Celso (org.) Educação Popular uma ontologia. IN: **Educação Popular: outros caminhos.** João Pessoa, PB: Universitária/UFPB, 1999.

PAIM

PINHEIRO, Antonio Carlos Ferreira. **Da era das cadeiras isoladas à era dos grupos escolares na Paraíba.** Campinas, SP: Autores Associados, São Paulo: Universidade. São Francisco, 2002. (Coleção educação contemporânea).

SOUZA, Rosa Fátima de. **Templos de Civilização: a implantação da escola primária graduada no Estado de São Paulo (1890-1910).** São Paulo: UNESP, 1998.

VILELLA, Heloisa de O. S. **A primeira Escola Normal do Brasil: uma contribuição à história da formação de professores.** Rio de Janeiro, 1990. (dissertação de mestrado – Universidade Federal Fluminense, Niterói).